

EDUCAÇÃO DO CAMPO, SURDEZ E MATEMÁTICA: REFLEXÕES A PARTIR DO QUE NARRAM OS PROFESSORES DE SANTO ESTEVÃO – BA

Ivonice da Conceição Santos ¹

Nanci Rodrigues Orrico ²

RESUMO

O presente artigo apresenta pesquisa desenvolvida enquanto Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Educação do Campo, cujo objetivo foi analisar, a partir das narrativas dos professores de Matemática moradores do município de Santo Estevão/Bahia, as dinâmicas educacionais e situações vividas quando estes têm estudantes surdos nas salas. No decorrer do estudo, refletiu-se também sobre aspectos referentes à cultura surda, as metodologias usadas no ensino da Matemática e os desafios que os professores desta área enfrentam para atender a estes estudantes. Para este estudo, as discussões se embasaram e foram fundamentadas nas escritas de autores que versam sobre as temáticas centrais da pesquisa, como Souza (2008), Nogueira (2013), Vargas e Dorneles (2013), Rodrigues e Geller (2014), Cruz e Lautert (2014). A partir da metodologia investigativa do estudo de caso, foram analisadas falas e experiências vivenciadas por professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental II, tendo sido realizadas entrevistas semi-estruturadas com estes professores colaboradores. A pesquisa concluiu que os docentes entrevistados reconhecem que os estudantes surdos do campo têm desenvolvido uma grande luta ao longo da sua jornada escolar, mas ainda não se vêem atendidos em seus direitos educacionais. Torna-se essencial, então, que as políticas públicas sejam garantidas e os professores recebam formação específica e apoio de profissionais especializados, tais como intérpretes de Libras e professor de sala de atendimento multifuncional, para que possam criar metodologias apropriadas para que estes tenham uma compreensão melhor sobre os conceitos matemáticos.

Palavras chaves: Educação do Campo, Surdez, Ensino da Matemática.

ABSTRACT

This article presents research conducted as a Final Undergraduate Project for a Degree in Rural Education. The objective was to analyze, based on stories from Mathematics teachers living in the municipality of Santo Estevão, Bahia, the educational dynamics and situations experienced when they have deaf students in their classrooms. Throughout the study, reflections were also made on aspects related to Deaf culture, the methodologies used in the teaching of Mathematics, and the challenges these teachers face in assisting such students. For this research, the discussions were grounded in and

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (CETENS/ UFRB) E-mail: santosivonice904@gmail.com.

² Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura em Educação Especial Inclusiva. E-mail: nanciorrico@ufrb.edu.br.

supported by the works of authors who address the central themes of the study, such as Souza (2008), Nogueira (2013), Vargas and Dorneles (2013), Rodrigues and Geller (2014), and Cruz and Lautert (2014). Using the case study as the investigative methodology, the research analyzed statements and experiences shared by teachers at Secondary School, with semi-structured interviews conducted with these participating educators. The study concluded that the interviewed teachers acknowledge that deaf students in rural areas have faced a significant struggle throughout their educational journey, yet still do not feel that their educational rights are being fulfilled. It is therefore essential that public policies are guaranteed and that teachers receive specific training and support from specialized professionals, such as Libras interpreters and multifunctional resource room teachers, so they can develop appropriate methodologies to enhance these students' understanding of mathematical concepts.

Keywords: Rural Education, Deafness, Mathematics Teaching.

Introdução

*“A inclusão acontece quando
se aprende com as diferenças
e não com as igualdades”
(FREIRE, 1996).*

O presente artigo busca refletir sobre temáticas que são essenciais para pensarmos a educação ofertada aos sujeitos do campo nos dias atuais, em especial aos moradores das áreas campesinas que nascem ou se tornam surdos e usam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar. Algumas questões surgem ao pensar nesse contexto, dentre elas: Como estes surdos moradores de regiões campesinas têm sido tratados nas escolas? Como são ensinados e têm aprendido? Ressalta-se que foi feita a opção pela área da Matemática, já que a pesquisa se desenvolve enquanto trabalho de conclusão de curso de uma licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática e surge a partir de reflexões suscitadas durante as aulas e em meio a um trabalho do componente curricular “Educação Especial nas escolas do campo”.

Tal trabalho evidenciou a falta de políticas públicas de inclusão nas escolas do campo e também que a nação brasileira ainda não valoriza o professor da Educação Básica, dando formação e materiais necessários, principalmente os que atuam com os grupos minoritários, a exemplo dos sujeitos campesinos e surdos. Sendo assim, os objetivos da pesquisa giraram em torno de promover a escuta dos professores de Matemática que atuam com estes grupos específicos, buscando entender suas vivências e experiências e de que modo os professores de Matemática que atuam no município de

Santo Estevão estão ensinando e entendendo as pessoas surdas, sua língua e cultura. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa foram quatro professores do município pesquisado e a estratégia metodológica de pesquisa se constituiu em um estudo de caso, já que este permite uma investigação mais detalhada sobre o objeto estudado, no caso o ensino de Matemática para estudantes surdos moradores do campo do município de Santo Estevão/BA.

Sobre o município onde aconteceu a pesquisa, ressalta-se que Santo Estevão é um município brasileiro do estado da Bahia, localizado na mesorregião do Centro Norte Baiano, localizado a 157 km da capital, Salvador. A cidade é reconhecida por sua cultura, é referência na época de festa junina, reunindo mais de 30 mil pessoas na praça Sete de Setembro, no centro, na época do festejo. As escolas nas quais os professores atuam ficam situadas no centro da cidade, pois no município existem poucas escolas localizadas no campo, fazendo com que grande parte dos estudantes camponeses precisem se deslocar para estudar na sede da cidade. Como forma de obter respostas para os questionamentos feitos no decorrer da pesquisa, foram aplicados questionários aos professores colaboradores do estudo. As respostas foram analisadas a partir de uma reflexão com as teorias que embasam as temáticas centrais - Educação do Campo, Surdez e Matemática.

Para que tais temáticas sejam discutidas de forma mais clara, o artigo foi dividido em seções. Além da Introdução, na qual é feita uma apresentação do estudo, temos seções nas quais discutiremos a Educação do Campo e as pessoas público alvo da Educação Especial, no caso específico desta pesquisa, as pessoas surdas. Também refletiremos, em outra seção, a Língua Brasileira de Sinais (a Libras) e o ensino de Matemática para pessoas surdas, enfocando também a situação do município pesquisado. Por fim, serão apresentadas e analisadas as falas dos professores de Matemática sobre o ensino da matéria para os surdos do campo e, logo em seguida, nas Considerações Finais, será feita uma síntese sobre a pesquisa realizada e uma reflexão sobre os objetivos do estudo e narrativas dos professores colaboradores.

Reflexões sobre Educação do Campo, deficiência e in/exclusão

O Movimento Nacional por uma Educação do Campo foi projetado no Brasil na década de 90, resultado da luta de diversos movimentos sociais locais e de instituições sociais que buscavam o direito à educação e condições melhores de estudo aos sujeitos

que vivem no campo. Tal iniciativa lutava para que acontecesse a valorização dos sujeitos do campo, o reconhecimento de suas identidades e pela compreensão do campo como um espaço de vida, um território em busca de seus direitos, delineados por um conjunto de políticas públicas.

Toda essa luta acontecia porque a educação para os povos do campo sempre foi marcada por sofrimento, descaso político e más condições de ensino e aprendizagem. Muitas pessoas moradoras do campo não tiveram direito de estudar e quando estudavam, era em um contexto que não dialogava com a sua realidade. Nesse sentido, a luta por morar no campo e estudar com melhores condições fica mais forte a partir da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, que aconteceu em 1988. De acordo com Caldart (2019), a Educação do Campo nasceu da vontade e união das pessoas que não aceitavam mais a negação dos seus direitos e que sonhavam em ter escolas públicas “[...] no campo, e que possam se construir como escolas do campo (p.59)”. Isso quer dizer que não é só ter escolas nas regiões camponesas, mas as escolas precisam ter identidade e cultura do campo.

Nesse sentido, as autoras Borghi, Orrico e Mendes (2021), falam deste movimento dizendo que esta luta não se trata apenas de pessoas em busca dos seus direitos, são lutas de coletivos, com suas singularidades, em torno de lutas comuns, “[...] chama atenção as três raízes originárias da Educação do campo: i) a luta dos sujeitos coletivos, ii) a agricultura camponesa, iii) a concepção emancipatória da educação.” (p. 120). Então, além de ter escolas no campo, que respeitem a cultura e identidade dos sujeitos do campo, estes locais precisam promover uma educação emancipatória.

Com isso, a partir do século XX, o Movimento da Educação do Campo toma força a partir da luta de movimentos sociais do campo e da mobilização dos trabalhadores destas áreas, através de uma organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego e da precarização do ensino nestes locais.

A Educação do Campo ainda luta para alcançar seu espaço, mas está progressivamente realizando conquistas para além dos locais em que ocorre, ocupando as discussões nas agendas políticas de instâncias municipal, estadual e federal (SOUZA, 2008). Nos últimos anos, esse tema passou a gerar debates nas comunidades, escolas e instituições, no intuito de integrá-la a uma política educacional do Brasil, de modo a valorizar mais o sujeito do campo não entendendo mais o local como atrasado, como diz Souza (2008).

Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2008, p. 1090).

Nessa concepção sobre quem está envolvido na Educação do Campo e quais valores serão priorizados, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um dos principais responsáveis pela reivindicação de escolas públicas de qualidade e de formação de profissionais para atuarem nas escolas de campo. Refletir sobre a concepção de quem está presente no campo também se faz relevante, já que entendemos que o campo é:

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...). (FERNANDES *et al.*, 2004, p. 137).

Assim, faz-se imprescindível o desenvolvimento de trabalhos que verifiquem e exponham como ocorre a educação para as diferentes comunidades do campo, quais as metodologias que têm sido usadas e como vem acontecendo a formação de professores para atuar nas escolas do campo.

Em se tratando de Educação Especial, foco desta pesquisa, é importante observar que, nas escolas do campo existem ainda muitos desafios. Mas, antes de refletir sobre a Educação Especial nas escolas do campo, vale ressaltar que esse estudo defende a concepção de que a Educação Especial deve ser entendida a partir de uma perspectiva de uma educação inclusiva e associada à ideias que possam promover um ensino que seja para todos, respeitando as peculiaridades de cada sujeito e possibilitando a integração e a interação de todos. Nesse sentido, defende-se o que trata a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº9394/96, em seu artigo 58, ao destacar que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente a rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Sabendo que a educação para os sujeitos do campo tem sido marcada por lutas por melhores condições de ensino, logo surge uma questão, que é saber como têm sido tratados os sujeitos com deficiência que nascem, moram e estudam no campo. Estudo feito por Schvartz (2021), intitulado “Desafios da Educação Especial nas escolas do campo”, mostra o desenvolvimento de uma pesquisa, vinculada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina que revelou o quanto a Educação Especial nas escolas do campo das comunidades estudadas esbarra em dificuldades, como a falta de formação inicial e continuada dos/as professores/as, a falta de incentivo para qualificação do trabalho, além da falta de estrutura nas escolas, que não são apropriadas para receber estudantes com deficiência.

A autora do estudo concluiu que faltam políticas públicas e investimentos para a educação especial nas escolas do campo, gerando inclusive para os estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo uma insegurança em trabalhar com estudantes com deficiências, mesmo cursando as disciplinas do curso que são voltadas para essa formação. Essa realidade acontece também na região Nordeste, pois, mesmo tendo as leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência, os estudantes do campo são excluídos nas escolas campesinas e muitos não têm seus direitos garantidos.

Amma e Martins (2020) chamam a atenção para o fato que a legislação garante o atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência e transtornos matriculados na rede de ensino regular desde a educação infantil, porém, nas escolas do campo isso não vem acontecendo e os estudantes não têm nem acessibilidade (física, lingüística...) nos espaços educacionais. Os autores apontam que foi identificado um grande número de matrículas de estudantes que estavam totalmente excluídos nas escolas do campo e uma dificuldade por parte dos professores em atender as necessidades destes sujeitos, por falta de investimentos, formação, estrutura física, profissionais de apoio e uma série de outras questões.

A partir destas reflexões, surge uma indagação: *E o estudante surdo nas escolas do campo?* Nesse sentido, este trabalho apresenta como objetivo ratificar a importância da educação especial e da inclusão dos sujeitos surdos do campo nas

escolas regulares de ensino, mas se propõe também a entender melhor como isso vem acontecendo e quais as concepções dos professores sobre estes estudantes.

Os sujeitos do campo surdos e a situação de Santo Estevão/BA

A definição de surdez diz que esta é a diminuição da capacidade de ouvir, levando-se em consideração os níveis definidos como normais, podendo ser leve, moderada ou grave. A Organização Mundial de Saúde (OMS), afirma que pelos menos 800 milhões de pessoas sofrem de alguma perda auditiva, entre 20 e 40 anos de idade, a surdez atinge 15% e acima dos 70 anos pode chegar a 50%. No Brasil, são 10 milhões de pessoas surdas, ou seja, 5% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As pessoas com deficiências auditivas, ao longo dos anos, sempre foram vistas como minorias, fora dos padrões exigidos por uma sociedade excludente, que vê os surdos como pessoas incapazes. Tais pessoas sempre sofreram preconceitos até mesmo o uso da língua de sinais era proibido. A inclusão desses sujeitos surdos no ensino regular traz à escola e aos professores novos desafios, especialmente no caso dos surdos que estudam nas escolas do campo, nas quais eles são minorias e muitos não conhecem nem a Língua Brasileira de Sinais.

Segundo Rodrigues, Lago e Paz (2023), que desenvolveram estudo sobre acessibilidade de surdos, devido às barreiras de comunicação, a comunidade surda de municípios da Bahia, sofre dificuldade de acesso e atendimento a direitos básicos, tais como educação e atendimento nos serviços de saúde públicos, pois o Estado não promove estratégias de acessibilidade nos espaços de saúde e educacionais, fazendo com que o surdo seja totalmente excluído, já que as pessoas que convivem com ele não têm formação em Libras e muitas vezes até ao próprio surdo é negado o direito de aprendizagem da sua língua.

Nota-se então uma grande lacuna quando pensamos em discutir surdez e educação do campo, já que o professor teria que ter formação para desenvolver práticas que privilegiam os saberes do homem do campo, para adaptar as atividades para seus estudantes surdos e ainda contar com profissionais de apoio, tais como interpretes de Libras, professores de atendimento educacional especializado, etc.

Antes de discutir aprendizagem da Matemática para estudantes surdos, seria preciso pensar em como garantir a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras)

e do português dentro da escola a partir de uma proposta de educação bilíngue, o que ainda é muito distante nas escolas da Bahia, especialmente aquelas que estão localizadas no campo. No caso de Santo Estevão/BA, município pesquisado, observa-se que os desafios para o ensino de Matemática aos estudantes surdos moradores do campo ainda são muitos.

Em diálogo com servidora da Secretaria de Educação do município responsável pela Educação Inclusiva em Santo Estevão, algumas informações relevantes foram obtidas. Segundo ela, no momento existem seis estudantes surdos matriculados nas escolas do município, quatro em escolas da zona urbana e dois em escolas da zona rural. Além de assistentes de salas, o município tenta disponibilizar intérpretes de Libras em todas as escolas que possuem estudantes surdos, mas ela reconhece que nem sempre isso acontece. Para suprir as carências dos professores que trabalham com estes estudantes, ela observou que o Setor de Educação Inclusiva tenta fornecer assistência a esses alunos da melhor forma possível, com assistente de sala, formação aos professores e acompanhamento pedagógico nas escolas, além de visitas e conversas com os professores, buscando formas para que os estudantes surdos não sejam prejudicados nos estudos.

Sobre a questão de se há um acompanhamento específico para o estudante surdo do campo, a entrevistada falou que não. Que todo o processo de atendimento é igual, lembrando ela que os desafios para o setor são muitos, já que eles não trabalham só com a deficiência auditiva e sim com todas e que infelizmente não consegue atender todos devidamente como queriam, mas que buscam sempre incluir estes alunos e não fazer tratamento diferenciado. Diante das respostas obtidas com esse diálogo, aumentou o desejo de escutar os professores sobre essa situação e refletir a partir do que eles falam. Daí justifica-se a opção pelo estudo de caso, para se refletir melhor sobre a realidade de Santo Estevão.

A pesquisadora Marli André (2013, p.97) explica que o estudo de caso na área da Educação surge com um sentido específico: “[...] o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade.” Os estudos de casos, segundo a autora, têm sido usados nas pesquisas educacionais para descrever e analisar um fenômeno, uma realidade, uma unidade social, sempre considerando as múltiplas dimensões da situação analisada. Sendo assim, para entender

melhor a situação dos surdos do campo de Santo Estevão, foi preciso pesquisar sobre a educação no município.

Santo Estêvão é um município brasileiro do estado da Bahia que faz parte do Vale do Paraguaçu. Distante de Salvador apenas 157 km, o município possui uma população de 52.276 habitantes de acordo com o último Censo populacional (IBGE, 2022) e se localiza às margens da BR 116, na Microrregião de Feira de Santana, tendo como municípios vizinhos Ipecaetá, Rafael Jambeiro, Antônio Cardoso, Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu. Tem a topografia em forma de tabuleiros, assim como Feira de Santana e clima comum ao agreste baiano. Tem extensa área rural e muitas escolas estão localizadas no campo. Segundo dados da Secretaria de Educação do município, existem 21 (vinte e uma) escolas localizadas no campo e 17 (dezessete) na área urbana.

Apesar do grande número de escolas localizadas no campo, não há uma Coordenação em Educação do Campo na Secretaria de Educação e os professores que atuam nessas escolas do campo não têm formação sobre o que é Educação do Campo. Sobre a questão da inclusão nas escolas do campo, as informações obtidas são de que as escolas têm, em sua maioria, acessibilidade. Essa informação consta até do Censo Escolar. Entretanto, as falas dos professores entrevistados e o diálogo com a servidora do município que nos cedeu entrevista mostram outra realidade, especialmente no que diz respeito aos surdos e a acessibilidade lingüística para os sujeitos surdos moradores do campo. São estas falas dos professores que analisaremos no decorrer do estudo.

A Libras e o ensino de Matemática para estudantes surdos

A Libras, sigla para a Língua Brasileira de Sinais, é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos de palavras, de um léxico (o conjunto das palavras de uma língua), que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. Essa língua sinalizada é utilizada pela comunidade surda brasileira. Geralmente, a sociedade não tem uma visão ampla sobre a pessoa surda, muitas pessoas, inclusive, acreditam que o termo surdo seja uma designação pejorativa e que os sinais utilizados podem ser comparados à mímica e facilmente compreendidos pela comunidade surda.

O decreto brasileiro de nº 5.626/05 respeita a cultura e a clínica, separando as duas categorias, como citado em seu Artigo 2º que:

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2005).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua natural que os surdos do Brasil usam. Tal como a Língua Portuguesa, a espanhola, inglesa ou qualquer outra; a Libras é uma língua rica, e com características gramaticais. Libras é um conjunto de formas sinalizadas usadas por surdos para a comunicação entre eles e outras pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes.

Borges e Nogueira (2013), ao investigarem os principais aspectos discutidos nas investigações atuais que envolvem o ensino de Matemática e a inclusão de surdos, apontam os seguintes tópicos: o início da escolarização do aluno surdo e a Matemática escolar como um dos momentos de grande dificuldade para o ensino desses estudantes, considerando que eles não chegam à escola com um desenvolvimento adequado da língua materna, da linguagem e de conhecimentos matemáticos prévios; os problemas matemáticos cujos enunciados, apresentados em uma língua que os surdos não dominam completamente, acabam por dificultar a interpretação desses textos e, conseqüentemente, o aprendizado em Matemática; o embate entre as concepções de ensino oralista e bilingue como um fator que demandou muito tempo e discussão acerca do ensino de surdos, deixando para um segundo plano, por exemplo, a preocupação com metodologias de ensino adequadas para estes estudantes; e o fato de que as explorações de elementos visuais são de fundamental importância para o ensino de surdos. (BORGES; NOGUEIRA, 2013, pp. 15 - 17).

Nesta perspectiva, os autores expõem as dificuldades enfrentadas no ensino de Matemática para alunos surdos, de acordo com as demandas existentes para esta comunidade, e deixam claro que se faz necessário reverter este cenário existente nas redes de ensino das escolas públicas do nosso país. Os autores Borges e Nogueira (2013) em artigo intitulado “Quatro aspectos necessários para se pensar o ensino de Matemática para surdos”, apresentam uma pesquisa acerca do ensino de Matemática que contempla tanto o ensino inclusivo quanto o especializado, na qual foi feita uma revisão da literatura que trata do Ensino de Matemática para surdos, em que se conclui a importância de novas práticas didáticas, que possam alcançar todos os alunos inclusive aprimorar novas práticas para a inclusão dos surdos.

Vargas e Dorneles (2013), no texto “Uma intervenção em contagem com duas crianças surdas”, buscam investigar se crianças surdas, filhas de pais surdos, estão em vantagem para aprender conceitos numéricos comparados com crianças surdas, filhas de pais ouvintes. Em sua investigação, as autoras realizaram um estudo de caso com duas crianças surdas de seis anos, sendo uma delas filha de pais ouvintes e a outra de pais surdos. Os autores concluem que a compreensão na composição aditiva e no uso de procedimentos econômicos pode ter grandes avanços na aprendizagem matemática, principalmente nas resoluções de problemas matemáticos.

No artigo “Reflexões sobre o Ensino de Conceitos Numéricos para Alunos Surdos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, Rodrigues e Geller (2014) fazem uma investigação acerca das estratégias para o ensino de conceitos numéricos nos Anos Iniciais de escolarização de alunos surdos, na qual se verifica a importância da utilização do material didático permitindo a manipulação realizada pela criança, no qual prevalece ainda o papel do professor frente a esses recursos metodológicos, a fim de promover uma aprendizagem significativa.

No artigo “Que fatores interferem na resolução de problemas de multiplicação por crianças surdas: a língua ou os suportes de representação?” Cruz e Lautert (2014) realizaram um estudo com o objetivo de investigar o efeito de diferentes formas de apresentação dos problemas matemáticos. Fica notório que a Língua Portuguesa escrita favoreceu as crianças ouvintes e que a apresentação dos problemas em Libras, para as crianças surdas, torna entendível o conteúdo, em enunciados matemáticos que apresentam a realidade dessas crianças surdas, contribuindo, assim, para um bom desempenho escolar desses estudantes.

Já no artigo “Práticas visuais com alunos surdos: o visual e o escrito nas aulas de matemática”, Kipper, Oliveira e Thoma (2015) buscam problematizar uma prática matemática visual, em formato de oficina, realizada com alunos surdos de uma escola especial para surdos, outra maneira de tornar acessível o conteúdo e o aprendizado para este público.

Observa-se que é fundamental a comunicação com o estudante surdo para que haja aprendizagem da Matemática e o que acontece muitas vezes nas escolas do campo é que tal realidade não acontece, com estudantes que não têm garantido sequer o direito à aprendizagem da sua língua materna, a Libras. Sendo assim, este estudo se propõe a desenvolver uma reflexão sobre o ensino de Matemática para estudantes surdos a partir

do que falam os professores, pois são eles que recebem os estudantes e precisam garantir a aprendizagem deles.

(Re)pensando as temáticas centrais a partir do que narram os professores colaboradores

Dúvidas e despreparo potencializam a angústia da falta de preparo para receber esses sujeitos na sala de aula. São depoimentos de professores da rede de ensino do município de Santo Estevão BA, que expressam a falta de formação continuada para atender de forma qualificada esses sujeitos.

Reconhecendo a importância do preparo e a formação continuada de orientação e de serem escutados na inteireza de suas profissões enquanto educadores e suas peculiaridades em relação aos sujeitos surdos moradores do campo, os quatro professores de Matemática participantes da pesquisa, ao narrarem seu cotidiano e vivências, permitiram que nós adentrássemos, de forma respeitosa, nas suas práticas didáticas, partilhando, suas experiências, suas angústias, suas necessidades e suas fraquezas.

De forma clara e objetiva, eles foram trazendo, em suas vivências, falas de extrema importância e a relevância das suas vozes nos faz pensar sobre como estão organizadas as suas práticas didáticas para que possam atender e compreender os estudantes surdos. Entendendo essas situações, podemos juntos desenvolver dinâmicas e atividades que possam incluir e não excluir tais alunos das atividades e criar vínculo com eles, com os colegas, como cita Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, ao falar da relação entre o educador e o educado, levando sempre em conta o pressuposto do “diálogo existencial”. O autor em seus argumentos diz que a educação dialógica é um modelo de educação libertadora para as massas oprimidas, sem excluí-las em nenhum processo de aprendizagem.

Apesar de perceber a importância da inclusão, os relatos destes professores terminam muitas vezes com uma interrogação ao final de suas falas.

Será que nós, enquanto educadores e cidadãos, estamos preparados para essa responsabilidade? **(Professor 2)**

São questionamentos válidos para a sociedade que vivemos e vivenciamos situações que nos fazem pensar e questionar a empatia do ser humano. Reconhecendo a importância de seus papéis enquanto educadores, a fala do Professor 2 deixa explícito

uma lacuna na formação do professor. Essa mesma situação é relatada em outras entrevistas:

Já é um desafio a educação do Brasil, imagine nós professores criar meios para incluir esses sujeitos na sala de aulas para eles se sentirem incluídos pois não recebemos suporte, orientação, formações.... Simplesmente o aluno é matriculado e nós temos que nos virar. **(Professor 1)**

Não me sinto preparada, pois não tenho domínio e tem o porém que não é só conhecer ou ter domínio da língua de sinais e sim conhecer novas metodologias e práticas pedagógicas de ensino que envolva toda sala pois aí sim estaremos fazendo inclusão. **(Professor 3)**

Os professores têm consciência que o papel da escola ou do professor é incluir, acolher esses sujeitos de forma que lhe façam entender que eles fazem parte de uma sociedade e têm os mesmos direitos e deveres como os demais sujeitos que a sociedade abriga, além de proporcionar conhecimentos e aprendizagens, mas as narrativas docentes mostram que isso não acontece na prática, pois os professores dizem não ter como garantir essa realidade sem apoio das escolas e secretarias de educação. Essa situação é reafirmada por pesquisadores da temática. Schvartz (2021) aponta que historicamente as pessoas surdas e com outras deficiências tiveram seus direitos negados, dentre eles o acesso à educação. Apesar das conquistas recentes, tais como o aumento progressivo das matrículas de tais estudantes, a exclusão escolar ainda ocorre. Dentre os motivos desta exclusão, destaca-se a forma como estes estudantes são tratados nos espaços educacionais.

É notório perceber que às vezes o próprio professor se sente angustiado, ele segue uma linha de orientação acadêmica que fica evidente as lacunas para lidar com as diferenças e aí as angústias, as preocupações e os sentimentos abafados aparecem, além da vontade de gritar por socorro por esses sujeitos que já vem de uma trajetória escolar e de vida oprimida, por não receberem as condições necessárias e obrigatórias por lei. Isso aparece nas falas dos professores:

Quando se iniciou o ano letivo em 2019, tive meu primeiro contato não só com um aluno surdo, mas com a primeira pessoa surda, imaginem minha reação, enquanto professor e pessoa, pois eu não

tinha conhecimento algum sobre a língua de sinais e para piorar, mas minha situação e dos meus colegas de trabalho não enviaram intérprete. Eu, junto com os demais professores, tive que mudar as aulas e buscar meios para que não prejudicasse o aluno. (**Professor 3**)

É visível que algumas falas merecem ênfase, pois podemos apontar como um grande fator que contribui bastante para que prevaleça os obstáculos no processo de inclusão de um aluno surdo em sala de aula, como não observar que muitos professores formados em Licenciatura em Matemática a muitos anos atrás não tinham em suas grades curriculares um componente voltado para a Educação Especial, mas atualmente se faz necessário esse conhecimento específico e os professores se preocupam em como fazer essa preparação sem prejudicar esses alunos que se sente excluído.

Enquanto educadora não me sinto preparada para trabalhar com qualquer aluno que seja portador de uma deficiência porque nós não somos assistidos ou ouvidos quando passamos nossas dificuldades em sala de aula. .(**Professor 1**)

As dificuldades relatadas nas falas nos fazem refletir sobre os objetivos da Educação Inclusiva que são criar um ambiente de igualdade com possibilidades e oportunidades para que todos possam ter acesso a uma educação de qualidade e que considere as particularidades de cada indivíduo. Tal situação nos faz pensar também sobre o que a psicopedagoga Daniela Alonso (2013), especialista em Educação Inclusiva, fala no seu artigo “Educação Inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula.”. A autora ressalta a importância da formação inicial e continuada em Educação Inclusiva para os que os educadores possam olhar para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações.

Observa-se que as falas dos professores estão muito voltadas para as limitações dos estudantes:

A educação pode ser ofertada com qualidade para qualquer sujeito em qualquer lugar, porém nossa realidade diz o contrário, pois não se consegue oferecer ensino com qualidade para os sujeitos que a sociedade diz ser normais, imagine para esses sujeitos que necessita de cuidados, adequação no ambiente, assistentes ou interprete no caso dos surdos, infelizmente estamos longe desse contexto de educação inclusiva para todos. (**Professor2**)

Já tive vários estudantes com necessidades especiais e me sinto uma inútil, pois não sou preparada, não recebo formações. **(Professor 1)**

Uma das docentes entrevistadas se diferenciou dos demais, pois esta relatou que, ao encarar um estudante surdo na sala, foi estudar e buscar maneiras de promover a aprendizagem para seu aluno, mas ainda sente dificuldades.

Não tive auxílio do núcleo pedagógico da escola ou da secretaria de educação, talvez seja por trabalhar por contrato, só tive a disciplina na minha formação (graduação), porém não foi algo que me dediquei e hoje compreendo que é algo muito importante na trajetória acadêmica de um professor principalmente da rede pública de ensino. Já trabalhei com um aluno surdo no sexto ano em 2022 e a experiência foi algo que marcou minha trajetória profissional e me fez buscar meios de melhorar minhas metodologias e práticas didáticas na sala. Hoje me sinto capaz de desenvolver práticas de acolher esses sujeitos, mas as dificuldades sempre vão existir principalmente para nós que sabemos libras. **(Professor 4)**

Também o professor 1 disse que pagou por um curso de Libras com recursos próprios, mas ainda sente falta de apoio da secretaria de educação.

Eu fiz o curso básico de Libras devido a um aluno surdo que tenho e os custos saíram do meu bolso. **(Professor 1)**

Sobre os desafios da educação para os surdos nas escolas urbanas e rurais, os entrevistados, a partir das suas falas, concordam que no campo é mais complicado para o estudante.

Os alunos do centro têm mais facilidades de ensino e tratamento do que os alunos da zona rural, pois custear o deslocamento de profissionais para atender dois ou três da zona rural é algo desafiador **(Professor 4)**

Trabalho em duas escolas na zona rural e urbana, em ambas escolas tenho alunos com deficiências na urbana tenho aluno surdo que se desloca da zona rural para cidade, as dificuldades desse aluno já começam no seu deslocamento pois ele não tem um intérprete dentro do ônibus ou um assistente para lhe auxiliar e muito menos dentro da

sala de aula, não há nenhum intérprete de Libras para ele. **(Professor 1)**

Os alunos da cidade têm certa facilidade de ter acesso aos serviços oferecidos a eles, enquanto o do campo às vezes não tem recursos para se deslocar. **(Professor 3)**

Podemos observar que a Educação Inclusiva ainda tem um longo caminho para que todos os sujeitos que tenham algum tipo de deficiência tenha seus direitos atendidos, sem a necessidade de lutar ou ir à justiça para garantir. O aluno surdo e do campo sofre ainda mais do que os demais, pois muitas vezes nem o transporte para ter um atendimento educacional especializado lhe é garantido. Entretanto, a falta de formação para os professores e de intérpretes de Libras chama a atenção nos relatos.

Incluir alunos surdos nas salas não é só utilizar a Libras, é também a construção de novas práticas pedagógicas, que valorizem o desenvolvimento escolar dos estudantes, pois é no processo diário que a inclusão acontece de fato. É necessário que deixemos de ver o aluno surdo como uma pessoa portadora de uma deficiência e sim como alguém capaz de aprendizagens múltiplas desde que suas diferenças sejam respeitadas. Para isso, a formação continuada e o apoio da Secretaria de Educação têm que acontecer.

É evidente o quanto os relatos dos professores entrevistados mostra suas angústias e inseguranças geradas pelas ausências das políticas públicas para os surdos. Com isso, a inclusão não acontece e a desigualdade é visível em suas salas de aula e os professores não conseguem ensinar a Matemática, já que os estudantes não sabem a Libras ou não têm interpretes ou recursos adequados. Nesse sentido, o estudo mostra que é preciso romper as barreiras que deixam estes sujeitos surdos do campo excluídos e que esta pesquisa possa também revelar a necessidade de ouvir quem ensina, entendendo que estes relatos podem ser um ponto de partida para a busca de novos caminhos.

Considerações finais

Falar sobre educação de surdos no contexto das escolas do campo é algo necessário na atualidade. Isso porque a realidade nos mostra o quanto estes estudante têm sido excluídos na sociedade e também nas escolas e salas de aulas. A pesquisa desenvolvida buscou entender como tem sido o ensino de Matemática para surdos que moram nas regiões campesinas e, para isso, ouviu quatro professores desta área que lecionam no

município de Santo Estevão/Bahia a partir de entrevistas como forma de entender melhor a realidade do município pesquisado. Como modo de se apropriar mais acerca deste contexto, foi feita entrevista também com a funcionária responsável pelo Setor de Educação Inclusiva em Santo Estevão.

Após a pesquisa de campo e os estudos teóricos realizados, fica notório que os alunos surdos do campo têm uma grande luta ao longo da sua jornada escolar, uma luta por igualdade na educação regular, luta para que os cidadãos ouvintes respeitem seus direitos, que sejam considerados também como cidadãos e para que faça parte da sociedade o princípio de igualdade de direitos de todos. Tais valores deveriam ser trabalhados em salas de aulas e mas precisamente com os professores, pois é através destes sujeitos que os discentes se sentem capazes de aprender e como parte do grupo em que estão.

Entender que o aluno surdo é um ser humano que se comunica de uma forma diferente, que tem uma cultura e expressão própria é extremamente importante. E para que isso aconteça não precisa somente de formação e sim de conhecimento sobre o assunto e de empatia. É evidente que as formações são essenciais e os profissionais de apoio também, como intérprete de Libras, professores de sala de atendimento multifuncional, tutores, etc. Mas observa-se que há uma lacuna muito grande na trajetória acadêmica e profissional dos docentes desse conhecimento básico sobre educação de surdos e as potencialidades destes estudantes.

Entendemos que, na sala de aula, o professor tem como função atender as especificações dos alunos dentro da sua função de ensino, porém, no caso do aluno surdo do campo, que foi nosso foco no nosso estudo, percebe que os docentes não vêm conseguindo considerar suas características linguísticas, suas ideias de como ver mundo a sua volta, seus aspectos culturais e o modo como os mesmos têm capacidade de assimilar novos conhecimentos. Para que tal realidade mude, é muito importante que seja feita uma reflexão sobre as práticas para mobilizar metodologias e práticas pedagógicas para proporcionar um bom desenvolvimento no processo de aprendizagem do aluno surdo do campo.

A Secretaria de Educação do município precisa reconhecer que inclusão não é só permitir que um aluno surdo do campo adentre a sala de aula de uma escola regular, mas sim proporcionar, aos profissionais de ensino, formação, apoio e melhores condições para que eles possam oferecer e atender as necessidades de seus alunos de

forma coerente e pedagógica. Que esta pesquisa possa servir de alerta para que essa realidade seja mais vista e repensada.

REFERÊNCIAS

BORGES, F. A. **A educação inclusiva para surdos: uma análise do saber matemático intermediado pelo Intérprete de Libras**. 2013. 262 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2013.

BORGES, F. A.; NOGUEIRA, C. M. I. Quatro aspectos necessários para se pensar o ensino de Matemática para surdos. **Revista em Teia**. Recife, v. 4, n. 3, pp. 1-19, 2013.

BORGES, F. A.; NOGUEIRA, C. M. I. Uma análise do desenvolvimento em atividades matemáticas de alunos surdos inclusos com a intermediação do tradutor intérprete de Libras. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**. São Paulo, v. 8, p. 155-181, 2014.

BRASIL. Lei nº 7.853/ Dispõe sobre Normas **gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social**. Brasília, 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394 – **Dispõe sobre a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social de todo e qualquer cidadão**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

FERNANDES, B.M.; CERIOLI, P.; CALDART, R.S. Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. *In*: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-62.

GUARINELLO, A. C. *et al.* A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, p. 317-330, 2006.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência & Educação**. v. 9, n. 2, dezembro 2003.

KIPPER, D.; OLIVEIRA, C. J.; THOMA, A. S. Práticas visuais com alunos surdos: o visual e o escrito nas aulas de matemática. **Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática**. n. 67, p. 4-14, 2015.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. *In*: RODRIGUES, D.(org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

RODRIGUES, R. S.; GELLER, M. Reflexões sobre o Ensino de Conceitos Numéricos para Alunos Surdos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**. Canoas, v. 16, n. 3, p. 472-488, 2014.

SALES, E. R.; PENTEADO, M. G.; MOURA, A. Q. A Negociação de Sinais em Libras como Possibilidade de Ensino e de Aprendizagem de Geometria. **Boletim de Educação Matemática**. Rio Claro, v. 29, n. 53, p. 1268-1286, 2015.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 1089-1111, 2008.

VARGAS, R. C.; DORNELES, B. V. Uma intervenção em contagem com duas crianças surdas. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 33, n. 91, p. 411-427, 2013.